

**OFICINA PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA DE
ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DAS ARAUCÁRIAS, SÃO
DOMINGOS - SC**

Ezequiel Antonio de Moura e Natalia Hanazaki

A principal estratégia para a conservação da biodiversidade, adotada em nível mundial, tem sido a implementação de áreas naturais protegidas. O Brasil, para proteger algumas dessas áreas, adotou uma estratégia baseada em Unidades de Conservação (UCs), porém esta política tem enfrentado algumas limitações e muitas vezes tem demonstrado não ser a via mais efetiva de proteção da biodiversidade. Está cada vez mais notável que sua efetividade depende da forma pela qual as populações humanas em seu interior e no entorno percebem e se relacionam com os recursos naturais. Os planos de manejo das UCs tem ignorado os modos de vida e de apropriação dos recursos naturais das populações humanas que já viviam anteriormente nessas áreas. A exclusão das comunidades locais dos processos decisórios só aumenta as divergências de interesses em relação ao uso dos recursos naturais, o que é contra o interesse de todos. Portanto, “como o atual modelo de áreas protegidas está se revelando inviável, enfoques mais radicais para a conservação da natureza, baseados em processos participativos, devem receber maior atenção” (COLCHESTER, 2000, p. 248).

Visando a preservação de uma amostra de Floresta Ombrófila Mista, por meio da medida compensatória da construção de uma Usina Hidrelétrica, foi criado o Parque Estadual das Araucárias (PEA), localizado no município de São Domingos, SC. Contudo, em virtude da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA) não possuir um programa próprio de fiscalização e gestão das UCs estaduais, o PEA tem sua biodiversidade comprometida perante a atual situação de abandono da área. O plano de manejo não foi concluído até o momento e seu processo de elaboração não foi realizado como prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, “incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2000a, art. 27). Em virtude da criação de UCs, na maioria das vezes, ser alheia às populações locais, as pessoas não tomam conhecimento dos objetivos daquela área protegida e, com as possíveis restrições do entorno, podem surgir alguns

conflitos sócio-ambientais. Nesse sentido, a busca por informações relativas ao conhecimento das comunidades locais a respeito do PEA se justificou na necessidade de identificar os possíveis conflitos em relação ao PEA levantar subsídios para minimizá-los.

Este trabalho objetivou despertar a motivação e envolvimento de uma comunidade rural para a conservação do Parque Estadual das Araucárias (PEA) através da realização de uma oficina participativa com os moradores do entorno de PEA, para discussão de possíveis estratégias na implementação conjunta do plano de manejo da UC.

A oficina foi realizada como forma de devolução dos resultados de uma pesquisa efetuada com 37 moradores do entorno do PEA e 39 moradores da área urbana de São Domingos que buscou compreender o conhecimento que as pessoas possuíam sobre o PEA, suas afinidades e expectativas em relação à UC, e os possíveis conflitos sócio-ambientais na relação dos moradores do entorno do PEA (MOURA; HANAZAKI, 2006). Após o término dessa pesquisa, foi realizada uma oficina que objetivou, além de socializar os resultados da pesquisa e fazer esclarecimentos a respeito do PEA, também discutir estratégias para consolidação do PEA e empoderar a comunidade para participar do processo. A oficina foi conduzida de maneira que todos pudessem tirar suas dúvidas, expressar suas opiniões e críticas sobre a atual situação do PEA. Foram utilizadas ferramentas participativas para estimular a interação entre os atores e valorizar suas contribuições. “Ao colocar os indivíduos como sujeitos do processo, desloca-se o eixo de poder, implicando em novas capacidades de decisão, bem como desenvolve-se a confiança mútua entre os diversos segmentos e atores envolvidos.” (CORDIOLI, 2001, p. 24). Foi utilizada a metodologia do “ponto obrigatório de passagem” (CALLON, 1986) para provocar a problematização da situação, o interesse dos atores envolvidos, o na definição de estratégias e sua mobilização do coletivo no encaminhamento das decisões tomadas.

Compareceram à oficina 33 moradores(as) do entorno do PEA, três representantes da prefeitura municipal e um estudante universitário. Esse evento reuniu mais pessoas da do que qualquer outra reunião ou oficina efetuada durante a criação do PEA. Os principais conflitos identificados na oficina foram a falta de confiança dos moradores no órgão responsável pela administração do PEA e a precariedade da estrada de acesso à comunidade no interior do PEA, que deixou de ter manutenção após a criação do parque. Dessa oficina, foram realizados, por iniciativa dos próprios presentes, três abaixo-assinados, pelas comunidades do entorno do PEA, pela prefeitura municipal de São Domingos e pela câmara de vereadores, e entregues à FATMA

em uma audiência pública. Nessa audiência foi marcada uma reunião com a comunidade do entorno do PEA para fazer os esclarecimentos reivindicados e procurar soluções para os conflitos existentes. Durante a reunião com a comunidade local, realizada em menos de um mês após a oficina, os moradores tiveram suas reivindicações atendidas e a garantia de maior participação na gestão do PEA

A situação atual do PEA é a realidade de muitas UCs no Brasil. São áreas protegidas criadas por um decreto que pode estar atendendo a interesses pontuais, havendo pouco ou praticamente nenhum comprometimento público na manutenção das mesmas. Ademais, as populações atingidas pelo projeto de criação da UC não são envolvidas nos processos decisórios. Esse trabalho mostrou a importância da inclusão social na definição de políticas conservacionistas, que passem a engajar a sociedade nessa missão, com o devido reconhecimento e respeito aos saberes locais, por uma questão de cidadania. O envolvimento comunitário pode ajudar no cumprimento dos objetivos das UCs, tanto da conservação da biodiversidade quanto do seu papel social, revertendo o atual cenário de criação e subsequente abandono das mesmas.

A autonomia da comunidade durante o processo de preparação da oficina e os métodos participativos utilizados, mostraram resultados positivos no que tange o objetivo central de despertar a motivação e envolvimento comunitário. Os agricultores demonstraram grande capacidade de discutir, avaliar e encaminhar possíveis estratégias para reverter a situação do PEA. O envolvimento das esferas políticas nesse trabalho também mostrou-se imprescindível para a aplicação imediata dos seus resultados, extrapolando a esfera acadêmica numa iniciativa inter e transdisciplinar capaz de promover o compartilhamento de responsabilidades na proteção da natureza. Assim, espera-se contribuir para o desenvolvimento de metodologias inovadoras e discussões que almejam compatibilizar a conservação da natureza com as necessidades de sobrevivência das populações humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000: Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 9 mai. 2005.
- CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuç Bay. In: LAW, John (Ed.). Power, action and belief: a new sociology of knowledge?. London, Boston, and Henley: Routledge & Kegan Paul. 1986. ref. 196-233.
- COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: Diegues, A.C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000. ref. 01 – 46.
- CORDIOLI, S. Enfoque participativo - Um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Gênese, 2001. 232p.
- MOURA, E. A. de; HANAZAKI, N. Estudo de percepção ambiental sobre o Parque Estadual das Araucárias, São Domingos-SC. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 58., 2006, Florianópolis. Anais eletrônicos... São Paulo : SBPC/UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra>>. Acesso a partir de dez.2006.
- SANTA CATARINA (Estado). Ministério Público de Santa Catarina. Decreto nº 293, de 30 de maio de 2003: Cria o Parque Estadual das Araucárias, e dá outras providências. Florianópolis, 2003. Disponível em: http://www.mp.sc.gov.br/legisla/est_leidec/decreto/2003/de293.htm. Acesso em: 5 mai. 2005.